



DIÁRIO DA REPÚBLICA

ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA**Preço deste número — Kz: 160,00**

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncio e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional — E. P., em Luanda, Caixa Postal 1306 — End. Teleg.: «Imprensa»	ASSINATURAS	Ano	O preço de cada linha publicada nos <i>Diários da República</i> 1.ª e 2.ª séries é de Kz: 75,00 e para a 3.ª série Kz: 95,00, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a publicação da 3.ª série de depósito prévio a efectuar na Tesouraria da Imprensa Nacional — E. P.
	As três séries.	Kz: 440 375,00	
	A 1.ª série.	Kz: 260 250,00	
	A 2.ª série.	Kz: 135 850,00	
	A 3.ª série.	Kz: 105 700,00	

SUMÁRIO

Ministério do Ensino Superior e da Ciência e Tecnologia

Decreto executivo n.º 109/11:

Autoriza a Empresa PIEA — Projectos Educativos de Angola, S. A., a criar a instituição de ensino superior privada, denominada «Instituto Superior Politécnico de Benguela».

Decreto executivo n.º 110/11:

Autoriza a Empresa OnmenIntellegenda, S. A., a criar a instituição de ensino superior privada, denominada «Instituto Superior Politécnico Metropolitano».

Decreto executivo n.º 111/11:

Autoriza a Empresa PDA — Pessoas, Desenvolvimento e Associados, S.A., a criar a instituição de ensino superior privada, denominada «Instituto Superior Politécnico de Tecnologias e Ciências».

Decreto executivo n.º 112/11:

Autoriza a Empresa Solprec, Limitada, a criar a instituição de ensino superior privada, denominada «Instituto Superior Politécnico de Humanidades e Tecnologia — EKUIKUI II».

Decreto executivo n.º 113/11:

Autoriza a Empresa Dinaki, S. A. R. L., a criar a instituição de ensino superior privada, denominada «Instituto Superior Politécnico do Cazenga».

Decreto executivo n.º 114/11:

Autoriza a Empresa CREA — Centro de Estudos de Angola, S. A. R. L., a criar a instituição de ensino superior privada, denominada «Instituto Superior Politécnico da Tundavala».

Decreto executivo n.º 115/11:

Autoriza a Empresa Manico Henda e Filhos, Limitada., a criar a instituição de ensino superior privada, denominada «Instituto Superior Politécnico de Kanganjo».

Decreto executivo n.º 116/11:

Autoriza a Empresa DEA — Desenvolvimento do Ensino em Angola, S. A., a criar a instituição de ensino superior privada, denominada «Instituto Superior Politécnico Independente».

Decreto executivo n.º 117/11:

Autoriza a Empresa EDUQ — Educação e Desenvolvimento Humano S.A., a criar a instituição de ensino superior privada, denominada «Instituto Superior Politécnico Pangeia».

Decreto executivo n.º 118/11:

Autoriza a Empresa INTELLECTUS — Formação e Gestão, Limitada, a criar a instituição de ensino superior privada, denominada «Instituto Superior Politécnico Gregório Semedo».

Ministérios da Administração Pública, Emprego e Segurança Social e das Finanças

Despacho conjunto n.º 513/11:

Aprova as quotas para admissão de pessoal no Ministério da Justiça. — Revoga as quotas de admissão e promoção atribuídas ao Ministério da Justiça através do Despacho conjunto n.º 72/11, de 7 de Fevereiro.

Ministério das Finanças

Despacho n.º 514/11:

Nomeia Rui Carvalho dos Santos e Julieta Paulo Quingongo, para os respectivos cargos.

Ministério da Cultura

Despacho n.º 515/11:

Exonera Amílcar Lopes Benedito Xavier do cargo de consultor da Ministra da Cultura.

Despacho n.º 516/11:

Nomeia António Luís Jorge Gumbe, Tania Ifika Fançony e Silva, Sandra Manuela Lulua, João Gomes Neto, Domingas Cláudia Kasenda Januário, Marlene Anânlis Rodrigues, Nataniel Ângelo Gaspar Rodrigues Mingas, Clotilde Luzolo Kinavuidi, Manuel Francisco de Almeida Melo, Denise Joana da Silva Pedro, Orlando Almeida dos Santos, Florival Raimundo de Sousa, Antónia das Dores Lopes Quinzembe de Almeida, Cristiano Santana Augusto Júlio, Dionísio Amarildo Eduardo Madureira, Maravilha Dominos e Maria João Sousa Saraiva para os respectivos cargos.

Despacho n.º 517/11:

Promove António André Francisco para a categoria de técnico médio principal.

Despacho n.º 518/11:

Autoriza licença limitada a Esmeralda Patrícia da Silva.

Despacho n.º 519/11:

Reintegra João Domingos da Silva Constantino e Catarina Agostinho Homa Teixeira para os respectivos cargos.

MINISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR E DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Decreto executivo n.º 109/11

de 5 de Agosto

Considerando que a Lei n.º 13/01, de 31 de Dezembro, prevê a participação de entes privados na promoção da educação e ensino, colaborando com o Executivo na formação de quadros de nível superior;

Havendo necessidade de se autorizar a PEA — Projectos Educativos de Angola, S.A., empresa de direito angolano, a promover a formação de cidadãos com o nível superior, através da criação de uma instituição de ensino superior privada;

Tendo sido verificado a existência de condições técnico-pedagógicas e infra-estruturais para a autorização de criação de uma instituição de ensino privada para a formação de quadros com nível superior;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República e de acordo com a alínea d) do artigo 15.º do Decreto n.º 90/09, de 15 de Dezembro, e com o n.º 1 do Despacho Presidencial n.º 47/11, de 4 de Julho, determino:

Artigo 1.º — 1. É autorizada a Empresa PEA — Projectos Educativos de Angola, S.A., a criar a instituição de ensino superior privada, denominada “Instituto Superior Politécnico de Benguela”.

2. O Instituto Superior Politécnico de Benguela tem a sua sede na Província de Benguela e o seu âmbito de actuação e expansão circunscreve-se à Região Académica n.º II, que integra as Províncias de Benguela e Cuanza-Sul.

Artigo 2.º — O funcionamento de cursos de graduação e de pós-graduação a ministrar pelo Instituto Superior Politécnico de Benguela, carecem de aprovação do titular do Departamento Ministerial que tutela o Ensino Superior, nos termos da legislação em vigor.

Artigo 3.º — O acesso aos cursos no Instituto Superior Politécnico de Benguela está sujeito aos critérios legalmente estabelecido pelo Departamento Ministerial que tutela o Ensino Superior e demais legislação aplicável.

Artigo 4.º — A contratação do corpo docente é realizada de harmonia com os requisitos constantes do Estatuto da Carreira Docente do Ensino Superior em vigor.

Artigo 5.º — 1. O Instituto Superior Politécnico de Benguela reger-se-á por estatuto e regulamentos próprios a serem homologados pelo titular do Departamento Ministerial que tutela o Ensino Superior, e demais legislação em vigor neste subsistema de ensino.

2. O Instituto Superior Politécnico de Benguela fica sujeito à avaliação periódica do Departamento Ministerial que tutela o Subsistema de Ensino Superior.

Artigo 6.º — As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente diploma são resolvidas pelo titular do Departamento Ministerial que tutela o Ensino Superior.

Artigo 7.º — O presente decreto executivo entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 5 de Agosto de 2011.

A Ministra, *Maria Cândida Pereira Teixeira*.

Decreto executivo n.º 110/11

de 5 de Agosto

Considerando que a Lei n.º 13/01, de 31 de Dezembro, prevê a participação de entes privados na promoção da educação e ensino, colaborando com o Executivo na formação de quadros de nível superior;

Havendo necessidade de se autorizar a OmnenIntelligenda, S.A., empresa de direito angolano, a promover a formação de cidadãos com o nível superior, através da criação de uma instituição de ensino superior privada;

Tendo sido verificado a existência de condições técnico-pedagógicas e infra-estruturais para a autorização de criação de uma instituição de ensino privada para a formação de quadros com nível superior;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República e de acordo com a alínea d) do artigo 15.º do Decreto n.º 90/09, de 15 de Dezembro e com o n.º 1 do Despacho Presidencial n.º 47/11, de 4 de Julho, determino:

Artigo 1.º — 1. É autorizada a Empresa OmnenIntelligenda, S.A., a criar a instituição de ensino superior privada, denominada “Instituto Superior Politécnico Metropolitano”.

2. O Instituto Superior Politécnico Metropolitano tem a sua sede na Província de Luanda, e o seu âmbito de actuação e expansão circunscreve-se à Região Académica n.º I, que integra as Províncias de Luanda e Bengo.

Artigo 2.º — O funcionamento de cursos de graduação e de pós-graduação a ministrar pelo Instituto Superior Metropolitano, carecem de aprovação do titular do Departamento Ministerial que tutela o Ensino Superior, nos termos da legislação em vigor.

Artigo 3.º — O acesso aos cursos no Instituto Superior Politécnico Metropolitano está sujeito aos critérios legalmente estabelecido pelo Departamento Ministerial que tutela o Ensino Superior e demais legislação aplicável.

Artigo 4.º — A contratação do corpo docente é realizada de harmonia com os requisitos constantes do Estatuto da Carreira Docente do Ensino Superior em vigor.

Artigo 5.º — 1. O Instituto Superior Politécnico Metropolitano rege-se por estatuto orgânico e regulamentos próprios a serem homologados pelo titular do Departamento Ministerial que tutela o Ensino Superior e demais legislação em vigor neste subsistema de ensino.

2. O Instituto Superior Politécnico Metropolitano fica sujeito à avaliação periódica do Departamento Ministerial que tutela o subsistema de ensino superior.

Artigo 6.º — As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente diploma são resolvidas pelo titular do Departamento Ministerial que tutela o Ensino Superior.

Artigo 7.º — O presente decreto executivo entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 5 de Agosto de 2011.

A Ministra, *Maria Cândida Pereira Teixeira*.

Decreto executivo n.º 111/11 de 5 de Agosto

Considerando que a Lei n.º 13/01, de 31 de Dezembro, prevê a participação de entes privados na promoção da educação e ensino, colaborando com o Executivo na formação de quadros de nível superior;

Havendo necessidade de se autorizar a PDA — Pessoas, Desenvolvimento e Associados, S. A., empresa de direito angolano, a promover a formação de cidadãos com o nível superior, através da criação de uma instituição de ensino superior privada.

Tendo sido verificado a existência de condições técnico-pedagógicas e infra-estruturais para a autorização de criação de uma instituição de ensino privada para a formação de quadros com nível superior;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República e de acordo com a alínea d) do artigo 15.º

do Decreto n.º 90/09, de 15 de Dezembro e com o n.º 1 do Despacho Presidencial n.º 47/11, de 4 de Julho, determino:

Artigo 1.º — 1. É autorizada a Empresa PDA — Pessoas, Desenvolvimento e Associados, S. A., a criar a instituição de ensino superior privada, denominada “Instituto Superior Politécnico de Tecnologias e Ciências”.

2. O Instituto Superior Politécnico de Tecnologias e Ciências tem a sua sede na Província de Luanda e o seu âmbito de actuação e expansão circunscreve-se à Região Académica n.º 1, que integra as Províncias de Luanda e Bengo.

Artigo 2.º — O funcionamento de cursos de graduação e de pós-graduação a ministrar pelo Instituto Superior Politécnico Tecnologias e Ciências, carecem de aprovação do titular do Departamento Ministerial que tutela o ensino superior, nos termos da legislação em vigor.

Artigo 3.º — O acesso aos cursos no Instituto Superior Politécnico Tecnologias e Ciências está sujeito aos critérios legalmente estabelecido pelo Departamento Ministerial que tutela o Ensino Superior e demais legislação aplicável.

Artigo 4.º — A contratação do corpo docente é realizada de harmonia com os requisitos constantes do Estatuto da Carreira Docente do Ensino Superior em vigor.

Artigo 5.º — 1. O Instituto Superior Politécnico Tecnologias e Ciências rege-se por estatuto e regulamentos próprios a serem homologados pelo titular do Departamento Ministerial que tutela o Ensino Superior e demais legislação em vigor neste subsistema de ensino.

2. O Instituto Superior Politécnico Tecnologias e Ciências fica sujeito à avaliação periódica do Departamento Ministerial que tutela o subsistema de ensino superior.

Artigo 6.º — As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente diploma são resolvidas pelo titular do Departamento Ministerial que tutela o Ensino Superior.

Artigo 7.º — O presente decreto executivo entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 5 de Agosto de 2011.

A Ministra, *Maria Cândida Pereira Teixeira*.

Decreto executivo n.º 112/11

de 5 de Agosto

Considerando que a Lei n.º 13/01, de 31 de Dezembro, prevê a participação de entes privados na promoção da educação e ensino, colaborando com o Executivo na formação de quadros de nível superior;

Havendo necessidade de se autorizar a Solprec, Limitada., empresa de direito angolano, a promover a formação de cidadãos com o nível superior, através da criação de uma instituição de ensino superior privada;

Tendo sido verificado a existência de condições técnico-pedagógicas e infra-estruturais para a autorização de criação de uma instituição de ensino privada para a formação de quadros com nível superior;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República, e de acordo com a alínea d) do artigo 15.º do Decreto n.º 90/09, de 15 de Dezembro, e com o n.º 1 do Despacho Presidencial n.º 47/11 de 4 de Julho, determino:

Artigo 1.º — É autorizada a Empresa Solprec, Limitada, a criar a instituição de ensino superior privada, denominada “Instituto Superior Politécnico de Humanidades e Tecnologia — EKUIKUI II”.

2. O Instituto Superior Politécnico de Humanidades e Tecnologia — EKUIKUI II tem a sua sede na Província de Luanda e o seu âmbito de actuação e expansão circunscreve-se à Região Académica n.º V, que integra as Províncias do Huambo, Bié e Moxico.

Artigo 2.º — O funcionamento de cursos de graduação e de pós-graduação a ministrar pelo Instituto Superior Politécnico de Humanidades e Tecnologia — EKUIKUI II, carecem de aprovação do titular do Departamento Ministerial que tutela o Ensino Superior, nos termos da legislação em vigor.

Artigo 3.º — O acesso aos cursos no Instituto Superior Politécnico de Humanidades e Tecnologia — EKUIKUI II está sujeito aos critérios legalmente estabelecido pelo Departamento Ministerial que tutela o Ensino Superior e demais legislação aplicável.

Artigo 4.º — A contratação do corpo docente é realizada de harmonia com os requisitos constantes do Estatuto da Carreira Docente do Ensino Superior em vigor.

Artigo 5.º — 1. O Instituto Superior Politécnico de Humanidades e Tecnologia — EKUIKUI II reger-se-á por estatuto e regulamentos próprios a serem homologados pelo titular do Departamento Ministerial que tutela o Ensino Superior, e demais legislação em vigor neste subsistema de ensino.

2. O Instituto Superior Politécnico de Humanidades e Tecnologia — EKUIKUI II fica sujeito à avaliação periódica do Departamento Ministerial que tutela o subsistema de ensino superior.

Artigo 6.º — As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente diploma são resolvidas pelo titular do Departamento Ministerial que tutela o Ensino Superior.

Artigo 7.º — O presente decreto executivo entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 5 de Agosto de 2011.

A Ministra, *Maria Cândida Pereira Teixeira*.

Decreto executivo n.º 113/11

de 5 de Agosto

Considerando que a Lei n.º 13/01, de 31 de Dezembro, prevê a participação de entes privados na promoção da educação e ensino, colaborando com o Executivo na formação de quadros de nível superior;

Havendo necessidade de se autorizar a Dinaki, S. A. R. L., empresa de direito angolano, a promover a formação de cidadãos com o nível superior, através da criação de uma instituição de ensino superior privada;

Tendo sido verificado a existência de condições técnico-pedagógicas e infra-estruturais para a autorização de criação de uma instituição de ensino privada para a formação de quadros com nível superior;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República e de acordo com a alínea d) do artigo 15.º do Decreto n.º 90/09, de 15 de Dezembro e com o n.º 1 do Despacho Presidencial n.º 47/11, de 4 de Julho, determino:

Artigo 1.º — 1. É autorizada a Empresa Dinaki, S. A. R. L., a criar a instituição de ensino superior privada, denominada “Instituto Superior Politécnico do Cazenga”.

2. O Instituto Superior Politécnico do Cazenga tem a sua sede na Província de Luanda e o seu âmbito de actuação e expansão circunscreve-se à Região Académica n.º I, que integra as Províncias de Luanda e Bengo.

Artigo 2.º — O funcionamento de cursos de graduação e de pós-graduação a ministrar pelo Instituto Superior Politécnico do Cazenga, carecem de aprovação do titular do Departamento Ministerial que tutela o Ensino Superior, nos termos da legislação em vigor.

Artigo 3.º — O acesso aos cursos no Instituto Superior Politécnico do Cazenga está sujeito aos critérios legalmente estabelecido pelo Departamento Ministerial que tutela o Ensino Superior e demais legislação aplicável.

Artigo 4.º — A contratação do corpo docente é realizada de harmonia com os requisitos constantes do Estatuto da Carreira Docente do Ensino Superior em vigor.

Artigo 5.º — 1. O Instituto Superior Politécnico do Cazenga reger-se-á por estatuto e regulamentos próprios a serem homologados pelo titular do Departamento Ministerial que tutela o Ensino Superior e demais legislação em vigor neste subsistema de ensino.

2. O Instituto Superior Politécnico do Cazenga fica sujeito à avaliação periódica do departamento ministerial que tutela o subsistema de ensino superior.

Artigo 6.º — As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente diploma serão resolvidas pelo titular do Departamento Ministerial que tutela o Ensino Superior.

Artigo 7.º — O presente decreto executivo entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 5 de Agosto de 2011.

A Ministra, *Maria Cândida Pereira Teixeira*.

Decreto executivo n.º 114/11

de 5 de Agosto

Considerando que a Lei n.º 13/01, de 31 de Dezembro, prevê a participação de entes privados na promoção da educação e ensino, colaborando com o Executivo na formação de quadros de nível superior;

Havendo necessidade de se autorizar a CREA — Centro de Estudos de Angola, S. A. R. L.; empresa de direito angolano, a promover a formação de cidadãos com o nível superior, através da criação de uma instituição de ensino superior privada;

Tendo sido verificado a existência de condições técnico-pedagógicas e infra-estruturais para a autorização de criação de uma instituição de ensino privada para a formação de quadros com nível superior;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República e de acordo com a alínea *d*) do artigo 15.º do Decreto n.º 90/09, de 15 de Dezembro e com o n.º 1 do Despacho Presidencial n.º 47/11, de 4 de Julho, determino:

Artigo 1.º — 1. É autorizada a Empresa CREA — Centro de Estudos de Angola, S. A. R. L., a criar a instituição de ensino superior privada, denominada “Instituto Superior Politécnico da Tundavala.

2. O Instituto Superior Politécnico da Tundavala tem a sua sede na Província da Huíla e o seu âmbito de actuação e expansão circunscreve-se à Região Académica n.º VI, que integra as Províncias da Huíla, Namibe, Cunene e Cuando Cubango.

Artigo 2.º — O funcionamento de cursos de graduação e de pós-graduação a ministrar pelo Instituto Superior Politécnico da Tundavala, carecem de aprovação do titular do Departamento Ministerial que tutela o Ensino Superior, nos termos da legislação em vigor.

Artigo 3.º — O acesso aos cursos no Instituto Superior Politécnico da Tundavala está sujeito aos critérios legalmente estabelecido pelo Departamento Ministerial que tutela o Ensino Superior e demais legislação aplicável.

Artigo 4.º — A contratação do corpo docente é realizada de harmonia com os requisitos constantes do Estatuto da Carreira Docente do Ensino Superior em vigor.

Artigo 5.º — 1. O Instituto Superior Politécnico da Tundavala reger-se-á por estatuto e regulamentos próprios a

serem homologados pelo titular do Departamento Ministerial que tutela o Ensino Superior e demais legislação em vigor neste subsistema de ensino.

2. O Instituto Superior Politécnico da Tundavala fica sujeito à avaliação periódica do Departamento Ministerial que tutela o subsistema de ensino superior.

Artigo 6.º — As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente diploma são resolvidas pelo titular do Departamento Ministerial que tutela o Ensino Superior.

Artigo 7.º — O presente decreto executivo entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se

Luanda, aos 5 de Agosto de 2011.

A Ministra, *Maria Cândida Pereira Teixeira*.

—————
Decreto executivo n.º 115/11
de 5 de Agosto

Considerando que a Lei n.º 13/01, de 31 de Dezembro, prevê a participação de entes privados na promoção da educação e ensino, colaborando com o Executivo na formação de quadros de nível superior;

Havendo necessidade de se autorizar a «Manico Henda e Filhos, Limitada», empresa de direito angolano, a promover a formação de cidadãos com o nível superior, através da criação de uma instituição de ensino superior privada,

Tendo sido verificado a existência de condições técnico-pedagógicas e infra-estruturais para a autorização de criação de uma instituição de ensino privada para a formação de quadros com nível superior;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República e de acordo com a alínea d) do artigo 15.º do Decreto n.º 90/09, de 15 de Dezembro e com o n.º 1 do Despacho Presidencial n.º 47/11, de 4 de Julho, determino:

Artigo 1.º — 1. É autorizada a Empresa Manico Henda e Filhos, Limitada., a criar a instituição de ensino superior privada, denominada “Instituto Superior Politécnico de Kanganjo”.

2. O Instituto Superior Politécnico Kanganjo tem a sua sede na Província de Luanda, e o seu âmbito de actuação e expansão circunscreve-se à Região Académica n.º 1, que integra as Províncias de Luanda e Bengo.

Artigo 2.º — O funcionamento de cursos de graduação e de pós-graduação a ministrar pelo Instituto Superior Kanganjo, carecem de aprovação do titular do Departamento Ministerial que tutela o Ensino Superior, nos termos da legislação em vigor.

Artigo 3.º — O acesso aos cursos no Instituto Superior Politécnico Kanganjo está sujeito aos critérios legalmente estabelecido pelo Departamento Ministerial que tutela o Ensino Superior e demais legislação aplicável.

Artigo 4.º — A contratação do corpo docente é realizada de harmonia com os requisitos constantes do Estatuto da Carreira Docente do Ensino Superior em vigor.

Artigo 5.º — 1. O Instituto Superior Politécnico Kanganjo reger-se-á por estatuto e regulamentos próprios a serem homologados pelo titular do Departamento Ministerial que tutela o Ensino Superior e demais legislação em vigor neste subsistema de ensino.

2. O Instituto Superior Politécnico Kanganjo fica sujeito à avaliação periódica do Departamento Ministerial que tutela o Subsistema de Ensino Superior.

Artigo 6.º — As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente diploma são resolvidas pelo titular do Departamento Ministerial que tutela o Ensino Superior.

Artigo 7.º — O presente decreto executivo entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 5 de Agosto de 2011.

A Ministra, *Maria Cândida Pereira Teixeira*.

—————
Decreto executivo n.º 116/11
de 5 de Agosto

Considerando que a Lei n.º 13/01, de 31 de Dezembro, prevê a participação de entes privados na promoção da educação e ensino, colaborando com o Executivo na formação de quadros de nível superior;

Havendo necessidade de se autorizar a «DEA — Desenvolvimento do Ensino em Angola, S. A.», empresa de direito angolano, a promover a formação de cidadãos com o nível superior, através da criação de uma instituição de ensino superior privada;

Tendo sido verificado a existência de condições técnico-pedagógicas e infra-estruturais para a autorização de criação de uma instituição de ensino privada para a formação de quadros com nível superior;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República e de acordo com a alínea d) do artigo 15.º do Decreto n.º 90/09, de 15 de Dezembro e com o n.º 1 do Despacho Presidencial n.º 47/11, de 4 de Julho, determino:

Artigo 1.º — 1. É autorizada a Empresa «DEA — Desenvolvimento do Ensino em Angola, S. A.», a criar a instituição de ensino superior privada, denominada «Instituto Superior Politécnico Independente».

2. O Instituto Superior Politécnico Independente tem a sua sede na Província da Huíla e o seu âmbito de actuação e expansão circunscreve-se à Região Académica n.º VI, que integra as Províncias da Huíla, Namibe, Cunene e Cuando Cubango.

Artigo 2.º — O funcionamento de cursos de graduação e de pós-graduação a ministrar pelo Instituto Superior Politécnico Independente, carecem de aprovação do titular do Departamento Ministerial que tutela o Ensino Superior, nos termos da legislação em vigor.

Artigo 3.º — O acesso aos cursos no Instituto Superior Politécnico Independente está sujeito aos critérios legalmente estabelecido pelo Departamento Ministerial que tutela o Ensino Superior e demais legislação aplicável.

Artigo 4.º — A contratação do corpo docente é realizada de harmonia com os requisitos constantes do Estatuto da Carreira Docente do Ensino Superior em vigor.

Artigo 5.º — 1. O Instituto Superior Politécnico Independente rege-se-á por estatuto orgânico e regulamentos próprios a serem homologados pelo titular do Departamento Ministerial que tutela o Ensino Superior, e demais legislação em vigor neste subsistema de ensino.

2. O Instituto Superior Politécnico Independente fica sujeito à avaliação periódica do Departamento Ministerial que tutela o Subsistema de Ensino Superior.

Artigo 6.º — As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente diploma são resolvidas pelo titular do Departamento Ministerial que tutela o Ensino Superior.

Artigo 7.º — O presente decreto executivo entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 5 de Agosto de 2011.

A Ministra, *Maria Cândida Pereira Teixeira*.

Decreto executivo n.º 117/11

de 5 de Agosto

Considerando que a Lei n.º 13/01, de 31 de Dezembro, prevê a participação de entes privados na promoção da educação e ensino, colaborando com o Executivo na formação de quadros de nível superior;

Havendo necessidade de se autorizar a EDUQ— Educação e Desenvolvimento Humano, S. A., empresa de direito angolano, a promover a formação de cidadãos com o nível superior, através da criação de uma instituição de ensino superior privada;

Tendo sido verificado a existência de condições técnico-pedagógicas e infra-estruturais para a autorização de criação de uma instituição de ensino privada para a formação de quadros com nível superior;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República e de acordo com a alínea d) do artigo 15.º do Decreto n.º 90/09, de 15 de Dezembro e com o n.º 1 do Despacho Presidencial n.º 47/11, de 4 de Julho, determino:

Artigo 1.º — 1. É autorizada a Empresa EDUQ— Educação e Desenvolvimento Humano, S. A., a criar a instituição de ensino superior privada, denominada “Instituto Superior Politécnico Pangeia”.

2. O Instituto Superior Politécnico Pangeia tem a sua sede na Província da Huíla e o seu âmbito de actuação e expansão circunscreve-se à Região Académica n.º VI, que integra as Províncias da Huíla, Namibe, Cunene e Cuando Cubango.

Artigo 2.º — O funcionamento de cursos de graduação e de pós-graduação a ministrar pelo Instituto Superior Politéc-

nico Pangeia, carecem de aprovação do titular do Departamento Ministerial que tutela o ensino superior, nos termos da legislação em vigor.

Artigo 3.º — O acesso aos cursos no Instituto Superior Politécnico Pangeia está sujeito aos critérios legalmente estabelecido pelo Departamento Ministerial que tutela o ensino superior e demais legislação aplicável.

Artigo 4.º — A contratação do corpo docente é realizada de harmonia com os requisitos constantes do estatuto da carreira docente do ensino superior em vigor.

Artigo 5.º — 1. O Instituto Superior Politécnico Pangeia reger-se-á por estatuto orgânico e regulamentos próprios a serem homologados pelo titular do Departamento Ministerial que tutela o ensino superior e demais legislação em vigor neste subsistema de ensino.

2. O Instituto Superior Politécnico da *Tindavala* fica sujeito à avaliação periódica do Departamento Ministerial que tutela o subsistema de ensino superior.

Artigo 6.º — As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente diploma são resolvidas pelo titular do Departamento Ministerial que tutela o ensino superior.

Artigo 7.º — O presente decreto executivo entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 5 de Agosto de 2011.

A Ministra, *Maria Cândida Pereira Teixeira*.

Decreto executivo n.º 118/11:

de 5 de Agosto

Considerando que a Lei n.º 13/01, de 31 de Dezembro, prevê a participação de entes privados na promoção da educação e ensino, colaborando com o Executivo na formação de quadros de nível superior;

Havendo necessidade de se autorizar a «INTELLECTUS — Formação e Gestão, Limitada», empresa de direito angolano, a promover a formação de cidadãos com o nível superior, através da criação de uma instituição de ensino superior privada;

Tendo sido verificado a existência de condições técnico-pedagógicas e infra-estruturais para a autorização de criação de uma instituição de ensino privada para a formação de quadros com nível superior;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República e de acordo com a alínea *d*) do artigo 15.º do Decreto n.º 90/09, de 15 de Dezembro e com o n.º 1 do Despacho Presidencial n.º 47/11, de 4 de Julho, determino:

Artigo 1.º — 1. É autorizada a Empresa INTELLECTUS — Formação e Gestão, Limitada, a criar a instituição de ensino superior privada, denominada «Instituto Superior Politécnico Gregório Semedo».

2. O Instituto Superior Politécnico Gregório Semedo tem a sua sede na Província da Huíla e o seu âmbito de actuação e expansão circunscreve-se à Região Académica n.º VI, que integra as Províncias da Huíla, Namibe, Cuncene e Cuando Cubango.

Artigo 2.º — O funcionamento de cursos de graduação e de pós-graduação a ministrar pelo Instituto Superior Politécnico Gregório Semedo, carecem de aprovação do titular do Departamento Ministerial que tutela o ensino superior, nos termos da legislação em vigor.

Artigo 3.º — O acesso aos cursos no Instituto Superior Politécnico Gregório Semedo está sujeito aos critérios legalmente estabelecido pelo Departamento Ministerial que tutela o ensino superior e demais legislação aplicável.

Artigo 4.º — A contratação do corpo docente é realizada de harmonia com os requisitos constantes do estatuto da carreira docente do ensino superior em vigor.

Artigo 5.º — 1. O Instituto Superior Politécnico Gregório Semedo reger-se-á por estatuto orgânico e regulamentos próprios a serem homologados pelo titular do Departamento Ministerial que tutela o ensino superior e demais legislação em vigor neste subsistema de ensino.

2. O Instituto Superior Politécnico Gregório Semedo fica sujeito à avaliação periódica do Departamento Ministerial que tutela o subsistema de ensino superior.

Artigo 6.º — As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente diploma são resolvidas pelo titular do Departamento Ministerial que tutela o ensino superior.

Artigo 7.º --- O presente decreto executivo entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 5 de Agosto de 2011.

A Ministra, *Maria Cândida Pereira Teixeira*.

MINISTÉRIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, EMPREGO E SEGURANÇA SOCIAL E DAS FINANÇAS

Despacho conjunto n.º 513/11

de 5 de Agosto

Com o objectivo de satisfazer as reais necessidades, face às ingentes tarefas atribuídas ao Ministério da Justiça, aliadas à urgente necessidade do reforço da capacidade técnica do seu quadro de pessoal;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola e de acordo com o n.º 3 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 5/02, de 1 de Fevereiro, determina-se:

ARTIGO 1.º (Objecto)

São aprovadas através do presente despacho conjunto, as quotas para admissão de pessoal no Ministério da Justiça, conforme o mapa em anexo.

ARTIGO 2.º (Norma revogatória)

São revogadas as quotas de admissão e promoção atribuídas ao Ministério da Justiça através do Despacho conjunto n.º 72/11, dos Ministros da Administração Pública, Emprego e Segurança Social e das Finanças, publicado no *Diário da República* 1.ª série n.º 24/11, de 7 de Fevereiro.

ARTIGO 3.º (Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões são resolvidas por despacho conjunto dos Ministros da Administração Pública, Emprego e Segurança Social e das Finanças.

Publique-se.

Luanda, aos 5 de Agosto de 2011.

O Ministro da Administração Pública, Emprego e Segurança Social, *António Pitra Neto*.

O Ministro das Finanças, *Carlos Alberto Lopes*.

Atribuição de quotas de admissão e promoção para o ano 2011

Grupo de pessoal Regime geral	Categorias	Vagas		
		Sede	INEJ	Total
Téc. superior	Técnico superior de 2.ª classe	20	0	20
Téc. médio	Técnico de 3.ª classe	10	0	10
Téc. médio	Técnico médio de 3.ª classe	10	0	10
Mag. judiciais	Juiz de direito	30	0	30
Mag. judiciais	Juiz municipal	30	0	30
Cor. oficial de justiça	Conservador adjunto	20	0	20
Cor. oficial de justiça	Notário adjunto	20	0	20
Cor. oficial de justiça	Escrivão de direito de 3.ª classe	100	0	100
Cor. oficial de justiça	Téc. superior de identificação principal	20	0	20
Téc. especialista	Ajuto de escrivão de 3.ª classe	50	0	50
Téc. especialista	Emissor de 2.ª classe	50	0	50
Técnico médio	Oficial auxiliar do cons. 2.ª classe	50	0	50
Técnico médio	Oficial auxiliar do notário. 2.ª classe	30	0	30
Técnico médio	Oficial diligência de 3.ª classe	50	0	50
Técnico médio	Dactiloscopia de 2.ª classe	130	0	130
Promoções				
Regime geral	Assessor principal	13	0	13
Regime geral	1.º assessor	7	0	7
Regime geral	Assessor	4	0	4
Regime geral	Técnico superior principal	4	0	4
Regime geral	Técnico superior de 1.ª classe	30	0	30
Regime geral	Técnico de 2.ª classe	13	0	13
Técnico médio	Técnico médio principal de 1.ª classe	1	0	1
Técnico médio	Técnico médio principal de 2.ª classe	2	0	2
Técnico médio	Técnico médio principal de 3.ª classe	6	0	6
Técnico médio	Técnico médio de 1.ª classe	7	0	7
Técnico médio	Técnico médio de 2.ª classe	50	0	50
Administrativo	Oficial administrativo principal	7	0	7
Administrativo	1.º oficial	14	0	14
Administrativo	2.º oficial	5	0	5
Administrativo	3.º oficial	11	0	11
Administrativo	Aspirante	50	0	50
Auxiliar	Motorista de pesados de 1.ª classe	6	0	6
Auxiliar	Motorista de ligeiros principal	7	0	7
Auxiliar	Motorista de ligeiros de 1.ª classe	2	0	2
Auxiliar	Telefonista de 1.ª classe	6	0	6
Auxiliar	Auxiliar administrativo principal	6	0	6
Auxiliar	Auxiliar administrativo de 1.ª classe	34	0	34
Auxiliar	Auxiliar de limpeza principal	16	0	16
Auxiliar	Auxiliar de limpeza de 1.ª classe	30	0	30
Oper. qualif.	Encarregado	16	0	16
Oper. qualif.	Operário qualificado de 1.ª classe	45	0	45
Oper. n. qualif.	Operário não qualificado principal	13	0	13
Oper. n. qualif.	Operário não qualificado de 1.ª classe	11	0	11
Car. oficial da justiça	Conservador de 1.ª classe	5	0	5
Car. oficial da justiça	Conservador de 2.ª classe	26	0	26
Car. oficial da justiça	Conservador de 3.ª classe	18	0	18
Car. oficial da justiça	Notário de 1.ª classe	7	0	7
Car. oficial da justiça	Notário de 2.ª classe	4	0	4
Car. oficial da justiça	Notário de 3.ª classe	20	0	20
Técnico superior	Secretário judicial	5	0	5
Técnico superior	Escrivão de direito de 1.ª classe	10	0	10
Técnico superior	Escrivão de direito de 2.ª classe	0	0	0
Técnico superior	Assessor de identificação principal	0	0	0
Técnico superior	Assessor de identificação de 1.ª classe	5	0	5
Técnico superior	Assessor de identificação de 2.ª classe	10	0	10
Técnico médio	Ajudante principal	20	0	20
Técnico médio	Adjunto de conservador	20	0	20
Técnico médio	Ajudante de escrivão de 1.ª classe	18	0	18
Técnico médio	Ajudante de escrivão de 2.ª classe	10	0	10
Técnico médio	Emissor principal	10	0	10
Técnico médio	Emissor de 1.ª classe	20	0	20
Técnico médio	Oficial auxiliar de conser. de 1.ª classe	20	0	20
Técnico médio	Oficial de diligência de 2.ª classe	20	0	20
Técnico médio	Dactiloscopia de 1.ª classe	20	0	20

O Ministro da Administração Pública, Emprego e Segurança Social, *António Pitra Neto*.

O Ministro das Finanças, *Carlos Alberto Lopes*.